



**Casa do Alentejo  
2 de Junho de 2012**

**Intervenção de Arménio Carlos**  
*Secretário-Geral da CGTP-IN*

Camaradas, queridos amigos e amigas,

Quero, em primeiro lugar e em nome da direcção da CGTP-IN, saudar todos os presentes: ex e actuais dirigentes, trabalhadores e colaboradores da CGTP-IN, das Uniões, Federações e Sindicatos, reunidos numa iniciativa que, sob a consigna “ Unidos nos Ideais de Abril – Contra a Exploração e o Empobrecimento”, olhando o passado e alguns dos seus protagonistas, visa essencialmente projectar o futuro prometido por Abril, plasmado nos objectivos norteados da acção de sempre da CGTP-IN.

A vossa presença e a riqueza dos depoimentos e intervenções aqui trazidos por homens e mulheres generosos, militantes e inconformados de uma causa maior, a evocação, mas sobretudo a afirmação da confiança no futuro, alicerçada na nossa ligação profunda aos trabalhadores, os verdadeiros motores da História, e na sua luta transformadora, dão testemunho de um projecto sindical ímpar e insubstituível e são garante da sua actualidade e perenidade.

A CGTP-IN tem história. A CGTP-IN, apesar de só ter 42 anos de existência, faz parte da história deste país.

Aqui estamos: unidos nos ideais de Abril, juntos neste imenso e poderoso colectivo que é a CGTP-IN, conquista histórica do Movimento Operário Português, legítima herdeira e continuadora da luta de gerações e gerações de trabalhadores e trabalhadoras, pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, pela liberdade e a democracia.

Somos a Central Sindical dos trabalhadores portugueses. Uma Central Sindical que não claudica nem desarma e que, pela sua natureza, identidade, composição e objectivos, é um exemplo singular e sem paralelo, na luta milenar dos trabalhadores e dos povos, pelo fim da exploração e da opressão, pelo progresso e pela justiça social.

Quando, em Outubro de 1970, ocorre a primeira reunião formal da Intersindical, eram claros os dois eixos fundamentais da luta de então dos trabalhadores: a resposta aos problemas imediatos emanados dos locais de trabalho e o desenvolvimento da luta pela conquista da liberdade, da democracia e de um país em que o progresso social andasse a par do desenvolvimento económico, um e outro potenciando-se reciprocamente.

Desde então, ainda que num primeiro momento, num quadro de privação de direitos e liberdades fundamentais (vários conheceram a prisão e a tortura), mas de forma crescentemente concertada e organizada, a acção é dirigida por trabalhadores comunistas, socialistas, católicos e independentes, unidos pela vontade de liberdade e de democracia, de melhores condições de vida e de trabalho.

O papel da CGTP-IN no processo Revolucionário é incontornável. Nas conquistas laborais e sociais, no direito a melhores salários e a um salário mínimo, na efectivação e no direito à contratação colectiva, no direito à greve, no direito a férias pagas, no direito à educação, à saúde e à protecção social, o cunho da luta dos trabalhadores e da sua CGTP-IN está presente.

Camaradas, queridos amigos e amigas,

Este convívio, encontro fraternal e representativo daqueles que fizeram e fazem esta CGTP-IN, acontece num momento em que se desenvolve uma ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores, a população e o país.

Os grandes accionistas, à medida que se apropriam, acumulam e concentram a riqueza, querem fazer crer aos milhões que a produzem e dela, cada vez mais, se vêem privados, que as políticas de desastre, que sustentam e se alimentam da crise do sistema dominante, se inserem no campo das inevitabilidades e de uma suposta ausência de alternativas.

Tentam impor uma paz social podre, ao mesmo tempo que dão corpo a uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores e a outras camadas da população.

Querem, afinal, bem o sabemos e a História o comprova, fazer baixar a guarda dos que resistem e lutam, instalar a resignação e o medo, num quadro de acelerado incremento da exploração.

Tome-se como exemplo a recente revisão da legislação do trabalho, tendo em vista corporizar um verdadeiro regresso ao passado, numa postura encarniçada contra as conquistas de Abril e a evolução social no progresso.

Uma revisão laboral que choca com normas internacionais do trabalho e entra em rota de colisão com a Constituição da República Portuguesa, pelo que se exige que o Presidente da República não a promulgue.

Fazemo-lo porque não pactuamos com o roubo do presente aos trabalhadores, a negação do futuro às jovens gerações, a hipoteca do desenvolvimento e do progresso de Portugal e dos portugueses.

Dizem que é moderna a dita flexibilidade, que o horário de trabalho se tem que adaptar às necessidades do mercado. Essa é uma velha tese que, ainda que revestida de novas roupagens, teve como resposta a conquista, entre outras, das 8 horas de trabalho pelos trabalhadores agrícolas, há 50 anos, e a semana das 40 horas, na década de 90, depois de uma intensa luta dos trabalhadores portugueses, em que é justo destacar a perseverança dos trabalhadores do sector Têxtil, Vestuário e Calçado.

Foi assim no passado, será assim no presente e no futuro!

Num quadro da ofensiva ideológica, a palavra emprego entrou no seu léxico, e tal como o Ministro das Finanças, que não mente, não engana, nem ludibria, agora dizem-se disponíveis para combater a precariedade, mas aquilo a que dão corpo é à sua generalização, facilitando e embaratecendo os despedimentos, colocando os mais jovens em permanente instabilidade, e os restantes trabalhadores em crescente sobressalto e insegurança.

Dizem que agora é que é, que na assinatura de um Acordo que denominaram de crescimento e emprego, estava a chave do consenso. Contudo, a cada dia que passa, a cada mês que se soma à execução deste acordo, ficam mais claras as suas reais intenções e consequências. Trata-se, afinal, do acordo da recessão e do desemprego, da precariedade e dos baixos salários, o acordo da exploração e do empobrecimento.

E se assim é para o entendimento de alguns na concertação social, assim seria para uma adenda, a que dão a designação de crescimento e emprego, num Tratado Orçamental que se fosse implementado, com os seus limites e imposições, com mais ou menos adendas que nada alteram de essencial, seria um garrote às funções sociais do Estado, um ataque à Constituição de Abril e um travão ao desenvolvimento alimentando, ainda, a dependência do exterior e a crescente perda de soberania do país.

O Governo PSD/CDS, do grande capital e daqueles que servem os seus interesses, insistem que o programa de agressão a que, eufemisticamente, chamam de ajuda, é para cumprir. Mas, ao contrário do que alguns pensavam, aumentam as vozes e o protesto dos que a ele se opõem e reclamam como inevitável a renegociação dos termos, montantes, juros e prazos da dívida.

Esta tem sido, desde a primeira hora, a posição da CGTP-IN.

É inadmissível que se chame ajuda a um Memorando que promove a agiotagem, com o estabelecimento do pagamento de juros que remuneram o capital acima do seu custo.

É inadmissível que apelem ao entendimento em torno de um programa que promove o saque à economia nacional, a um ritmo sem precedentes, ao mesmo tempo que faz crescer a dívida pública para valores insustentáveis.

A luta pela ruptura com estas políticas e por uma política alternativa, assente nos interesses e na soberania nacionais, que promova um modelo de crescimento económico ancorado num forte e moderno aparelho produtivo, que preserve e crie emprego de qualidade no sector privado e público, é uma luta do presente e garante de um futuro melhor!

Uma luta que passa também por serviços públicos universais, gratuitos e de qualidade, promotores da igualdade de oportunidades e motores de desenvolvimento!

Por uma Segurança Social pública, solidária e universal; uma escola pública gratuita, de qualidade e inclusiva; um Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito; funções sociais do Estado para o povo e não sujeitas à lógica do lucro e daqueles que preconizam um Estado

minimalista quando estão em causa direitos da população e maximalista quando se trata dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros.

A defesa e efectivação dos ideais de Abril, é uma questão que a todos diz respeito, trabalhadores e jovens com ou sem emprego, com vínculos estáveis ou precários, pensionistas e reformados com prestações de miséria ou roubadas!

Pelo seu significado e alcance, porque é expressão e instrumento de combate à exploração e ao empobrecimento, porque é uma das maiores conquistas de Abril, a CGTP-IN reitera aqui a reivindicação de aumento dos salários, nomeadamente do aumento do Salário Mínimo Nacional para 515€, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, medida de elementar justiça social, potenciadora da dinamização da economia e geradora de mais receitas para a Segurança Social e um combate sério à fraude e evasão fiscal.

Queridos camaradas e amigos,

A declaração de princípios e objectivos programáticos da CGTP-Intersindical Nacional é clara no enunciado que a todos nós vincula na acção sindical de todos os dias. Somos uma organização sindical de classe, unitária, democrática, independente, solidária e de massas.

**Organização sindical de classe** “*porque reconhece o papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade ...*”, lutando pelo desenvolvimento do país, pela emancipação cívica, económica, social e cultural dos trabalhadores. Uma organização que dá prioridade à acção nos locais de trabalho, na perspectiva de desenvolvimento do que designamos por Acção Sindical Integrada, articulando reivindicação e acção, sindicalização e organização, sempre junto dos trabalhadores, dos seus problemas e anseios, com a capacidade de ouvir e aprender, de intervir e esclarecer, de mobilizar e lutar.

Organização unitária, porque a nossa luta e a sua eficácia se alicerça na **Unidade**, uma unidade na acção que é a força dos trabalhadores e com eles se reforça. Unidade que “*visa representar os interesses individuais e colectivos do conjunto ... dos assalariados ... independentemente da diversidade das suas profissões, qualificações, situação social e vínculo laboral*” ; unidade que **reconhece e incorpora a pluralidade do mundo laboral** e que, alicerçada na acção em defesa de interesses comuns, impõe o combate a todas as tentativas de ingerência como condição para o reforço dessa mesma unidade.

É nos locais de trabalho, no sector privado e público, que reside a nossa vitalidade e a nossa força. Aí nasceu esta grande central Sindical, livre e autónoma, de trabalhadores para os trabalhadores, que intervém e luta com as suas contribuições. Autónomos “*face ao patronato, ao Estado, às confissões religiosas, aos partidos políticos ou quaisquer outros agrupamentos de natureza sindical*”, somos um Movimento Sindical **independente** da vontade de terceiros, apenas subordinado aos interesses de quem trabalha.

E, num momento em que se acentua a ofensiva também contra o sindicalismo de classe, nomeadamente, com crescente ingerência do poder no direito à auto-organização dos sindicatos, vale a pena **evocar o Congresso de Todos Sindicatos, o Congresso da Unidade que, há 35 anos, marcou, pela sistematização de princípios e definição dos**

**objectivos programáticos**, pelo alargamento e reforço da nossa coesão, uma nova e superior etapa da nossa organização, baseada nos interesses de classe comuns e no combate a todas as acções tendentes à sua divisão, por aqueles, que, ontem como hoje, querem “partir a espinha” ou, se quisermos, “domesticar” a Intersindical.

É na **Democracia**, em toda a sua plenitude, no direito de eleger e ser eleito, de decidir e executar as formas de intervenção e as lutas nos locais de trabalho, na responsabilização individual e colectiva dos dirigentes e activistas sindicais, do topo à base, na participação activa dos trabalhadores e no respeito integral pelas decisões resultantes do debate e do processo decisório democrático, que reside a nossa força. Uma democracia que, valorizando o contributo de todos, implica o respeito individual pelas decisões colectivas. Por isso, somos uma **organização democrática!**

A **solidariedade** entre todos os trabalhadores, num quadro em que se fomenta o individualismo, em que procuram criar condições para o isolamento dos trabalhadores e a sua atomização, é um valor do qual não abdicamos, solidariedade de classe e internacionalista, elemento incontornável para a emancipação dos trabalhadores portugueses e de todo o mundo. **Somos uma organização solidária!**

E **somos uma organização de massas**. Porque nela se organizam e participam todos os trabalhadores, porque rejeitamos a burocratização e a elitização do Movimento Sindical ou o sindicalismo de dimensão meramente institucional ou, se quisermos, do acordo a qualquer custo, sem princípios nem valores.

A actividade sindical e os sindicatos são instrumentos para a resolução dos problemas imediatos dos trabalhadores e para a elevação da sua consciência social, política e de classe e para a efectivação dos seus objectivos mais vastos de transformação da sociedade.

Sabemos que é difícil, que em jogo está o sistema capitalista e os privilégios de uns poucos que se aproveitam da exploração da força de trabalho, que determinam a subordinação do poder político ao poder económico. Uns que se pretendem intocáveis, que não param de enriquecer, desbaratam a riqueza nacional no jogo especulativo da bolsa e na fuga de capitais para os paraísos fiscais.

Sabemos que a campanha ideológica é fortíssima; que é necessário continuar a agir e lutar para criar condições para uma correlação de forças que nos seja mais favorável. Mas esta CGTP-IN, organização de protesto e proposta, está aqui “para lavar e durar” porque conta com todos vós, dirigentes, activistas, trabalhadores e colaboradores sindicais, porque conta, acima de tudo, com os homens e mulheres que trabalham, porque, agora como sempre, não vira as costas à luta pela transformação da sociedade e pela construção de um mundo de progresso e de paz, livre da exploração do homem pelo homem.

VIVA A UNIDADE NA ACÇÃO!

VIVA A CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL!

A LUTA CONTINUA!